



### 3.36 • Metamorfoses da violência

## As empresas militares privadas: uma breve introdução

Ramon Blanco

COM O FIM DA GUERRA FRIA, passa a haver uma grande abertura no cenário internacional, não somente para o surgimento de novas problematizações acerca da realidade internacional, mas também para a atuação de diferentes atores em esferas que anteriormente eram entendidas como exclusivas dos Estados. Em poucas esferas tal transformação é tão proeminente como na esfera securitária. Nesta esfera, é claramente visível que o pensamento securitário da lógica bipolar, moldado essencialmente para os conflitos armados diretos entre Estados, transforma-se de modo a considerar outras formas de conflitualidade. Mais do que isso, enquanto no passado esta era uma esfera na qual os Estados atuavam quase com exclusividade, do final da Guerra Fria em diante, outros atores vêm ganhando cada vez mais relevo relativamente à conflitualidade internacional. Este é claramente o caso das empresas militares privadas (EMPs). Nesse sentido, este breve ensaio busca apresentar, muito sucintamente, a discussão em torno deste ator.

### Enquadramento das empresas militares privadas

A dimensão não estatal da violência pode parecer recente para os contemporâneos do Estado moderno, sobretudo para os que têm um entendimento weberiano do mesmo e, portanto, vêem no Estado o portador do monopólio do uso legítimo da força. Contudo, a contratação de tropas é tão velha quanto a própria guerra (Singer, 2003: 19 e 38). A gradual exclusão do ator privado no tocante à violência ocorre somente com a ascensão e, sobretudo, fortalecimento do Estado moderno. Mais do que isso, é somente com propagação das ideias da Revolução Gloriosa (1688) e com os ideais nacionalistas da Revolução Francesa (1789) e das Guerras Napoleônicas (1793-1814), que a guerra passa a ser uma questão nacional (Paulo, 2005: 122-123).

Relativamente a esta reemergência do ator privado no tocante à violência e à guerra, pode-se observar as suas origens em dois momentos. Primeiramente, nos anos cinquenta com o surgimento das empresas de segurança privada, cujo objetivo era a prestação de serviços a entes não-estatais no plano interno e, posteriormente, ao longo da década de setenta, quando tais serviços começaram a estender-se a esferas antes dominadas pelas forças armadas (Correia, 2005: 128). Apesar de a oferta de tais serviços ter crescido com o passar do tempo, a forma de classificar tal prestação de serviços, sobretudo na dimensão militar, ainda não é homogênea.

Para Fred Schreier e Marina Caparini, a divisão é feita entre empresas militares privadas e Empresas de Segurança Privada (2005: 17-33). Já para David

Shearer, a diferenciação deve ser, por exemplo, entre: Empresas Militares Independentes, Empresas por Procuração, Empresas de Segurança, Forças *ad hoc* e Estados Privatizados (1999). Contudo, tais tipologias pouco clarificam, dada a enorme dificuldade de diferenciá-las no terreno e também por não abrangerem a totalidade de serviços prestados por tais empresas. Devido a isso, o estudo de Peter Singer é uma esclarecedora contribuição. Para Singer, todas estas empresas são militares e devem ser analisadas relativamente ao seu envolvimento em um determinado conflito. Assim, a divisão para Singer seria: (1) Empresas Militares de Apoio, responsáveis por serviços militares suplementares como, por exemplo, logística, suporte técnico, transporte e suprimentos; (2) Empresas Militares de Consultoria, caracterizadas pelo aconselhamento e treinamento ou reestruturação das forças armadas do cliente, e (3) Empresas Militares de Provisão de Meios, caracterizadas pela sua atuação no plano tático e oferta de serviços no campo de batalha, passando inclusive pelo real engajamento no conflito (Singer, 2003: 91).

### As causas da emergência das empresas militares privadas

São inúmeras as causas da emergência desse ator e do crescimento dessa indústria no cenário internacional. Contudo, é possível identificar alguns fatores-chave. Pedro Correia identifica, por exemplo, “a emergência do neoliberalismo nos finais do século XX e o consequente esvaziamento do papel do Estado em áreas que sempre lhe estiveram reservadas” (2005: 128). Consequentemente, há um aumento da narrativa relativamente à privatização e da crença de que, por meio desta, uma maior eficiência, em várias áreas, seria alcançada (Magalhães, 2005). Esta mudança, relativamente à mercantilização da esfera pública, é algo que já acontecia na educação e na saúde e chega à esfera militar (Singer, 2002).

O fim da Guerra Fria é também um fator crucial para o entendimento da emergência desse ator. Para Robert Mandel (2002), tal fator traz consigo duas dimensões – as do tipo *pull* e as do tipo *push*. Referente à dimensão *pull*, vê-se a drástica diminuição realizada nos efetivos militares dos Estados, dado que a enormidade dos mesmos não fazia mais tanto sentido no mundo pós-Guerra Fria. Essa grande diminuição das tropas, aliada a uma significativa reestruturação organizacional militar, levou a uma alta disponibilidade tanto de equipamentos bélicos quanto de mão-de-obra altamente qualificada no mercado internacional, ambos parte dos quadros militares dos Estados nacionais no passado (Singer, 2002). Relativamente à dimensão *push*, é observado um elevado

aumento na procura por esses serviços privados, sendo tal fato consequência de alguns acontecimentos. Talvez o mais evidente seja uma maior relutância de Estados centrais em envolverem-se em áreas instáveis. Dessa forma, instabilidades que durante a Guerra Fria estavam sob a alçada dos Estados centrais, e eram controladas pelos mesmos, tornam-se mais difíceis de ser geridas. Assim, cada vez mais, não somente organizações e corporações passam a demandar tais serviços, mas também governos e Estados (Mandel, 2002).

“ [...] as empresas militares privadas são hoje um ator incontornável no que toca à conflitualidade internacional no nosso tempo. ”

A Revolução nos Assuntos Militares (RAM) é outro dos fatores-chave para o crescimento da indústria das EMPs. A RAM consiste essencialmente em quatro dimensões. Contudo, talvez a dimensão mais conhecida da mesma seja a tecnológica e a utilização intensiva da mesma no fazer a guerra. Tal fato torna as forças armadas mais dependentes de avançadas tecnologias, sendo assim um peso para o Estado custear tal dinâmica o que, associado à lógica de privatização, abre enormes oportunidades para a proliferação das, e demanda pelas, EMPs. Contudo, um olhar mais atento percebe que a RAM não se trata somente de uma revolução tecnológica no guerrear, mas também de uma nova forma de fazer a guerra (Rumsfeld, 2002). Assim, as outras dimensões da RAM também colaboram consideravelmente para o fortalecer e o propagar da utilização das EMPs internacionalmente. Essas dimensões são: (1) a organizacional, com a sua elevada profissionalização do militar e imensa flexibilidade demandada das forças armadas; (2) a dimensão conceitual com o alargamento no conceito de ameaça e opositor, e a sua necessidade de lidar com guerras simétricas, assimétricas e dissimétricas, cobrindo tanto o campo das guerras tradicionais quanto das novas (Kaldor, 1999) e talvez das novíssimas guerras (Moura, 2005); assim como (3) a profunda mudança doutrinária com o esvaziamento do paradigma clausewitziano e o aceitar da guerra fora da hierarquia da política e do escopo dos interesses nacionais e das forças armadas. Com a RAM, e consequentemente o fim do monopólio paradigmático clausewitziano, a guerra deixou de ser exclusivamente um instrumento racional

da política nacional. Desse modo, a mesma deixa de ter, unicamente, o carácter da continuação da política por outros meios de Clausewitz (Correia, 2002). Tal dinâmica, conjugada à diminuição do paradigma weberiano, abre largo espaço para o proliferar das EMPs no cenário internacional.

### **As empresas militares privadas: otimistas e pessimistas**

Muito da discussão e debate em torno das EMPs no cenário internacional dá-se, por exemplo, no tocante à atuação destas nas operações de paz das Nações Unidas (ONU). Contudo, o debate vai mais além e centra-se essencialmente na indagação relativamente a uma participação central das EMPs no que toca à conflitualidade internacional. Para alguns, essa é uma das grandes discussões e avaliações que a comunidade internacional deve realizar, relativamente à transformação dos conflitos internacionais (Singer, 2002).

Para Deborah Avant, esse debate pode ser dividido entre os “otimistas” e os “pessimistas”. Dentre os “otimistas”, enquadram-se aqueles que vêm nas EMPs, não somente uma maior eficiência, mas também um ator com reais capacidades para uma atuação melhor do que a atuação dos Estados e Organizações Internacionais, nomeadamente a ONU, na transformação dos conflitos (Avant, 2005). Para tais proponentes, a atuação destas só traria benefícios à comunidade internacional, uma vez que tal ator seria mais eficiente, mais rápido, melhor e muito mais barato do que qualquer envolvimento onusiano, tornando a transformação dos conflitos tão simples quanto o escrever de um cheque (Brooks, 2000b: 33). Chega-se inclusive ao extremo exagero de chamar as EMPs de “messias”, pois estas teriam capacidade de intervir efetivamente onde os Estados não querem (Ibid, 2000a). Portanto, é perfeitamente compreensível o enorme esforço realizado tanto para demonstrar a eficiência econômica deste ator (Paulo, 2005), quanto para descolar a sua imagem dos mercenários do passado (Shearer, 1998; Magalhães, 2005).

Contraopondo esta posição, estão os argumentos de suspeição e contrários à centralidade deste ator nas respostas à conflitualidade internacional. Para Damian Lilly (2000), as EMPs trazem alguns problemas e alguns pontos ganham proeminência na sua análise. O primeiro ponto é o facto de as EMPs terem um escopo muito limitado de atuação. Consequentemente, a sua efetividade no conflito seria também restrita. Em seguida, Damian aponta o fator de decisão política. Mesmo não sendo claro quem dentro, por exemplo, da ONU ficaria responsável pela decisão da contratação das EMPs, muito provavelmente a responsabilidade cairia sobre o Conselho de Segurança. Dessa forma, os obstáculos políticos alarmados pelos proponentes das EMPs continuariam existindo e apenas mudariam de foco. Nada impediria, também, a promiscuidade dentro desse processo decisório, dado que os Estados decisores poderiam não usar o recurso do veto no Conselho de Segurança somente quando empresas do seu país fossem chamadas a participar nas respostas aos conflitos.

Por último, Lilly aponta a proximidade das EMPs com o mercenariado, ponto inclusive explorado com mais detalhe por Correia (2005), e a falta de responsabilização destas no caso de más práticas (2000: 59-60). Já para Avant (2005), um dos pontos principais de crítica é a diminuição do controlo democrático que se teria com tal experimento, uma vez que as EMPs somente prestam contas aos seus acionistas. Outra crítica de destaque é a de deixar a segurança internacional e a transformação dos conflitos à mercê das lógicas de mercado e de custos/benefícios (Singer, 2003). Esse é um ponto de elevada preocupação, principalmente nos dias de hoje, quando a atual crise financeira mostrou que é cada vez mais evidente que o mercado perfeito e autoregulável é algo ilusório. Por último, outro ponto bastante relevante, mas ainda pouco tratado na literatura sobre o tema, exposto por Correia (2005), é a possível tendência para a perpetuação dos conflitos, uma vez que a existência e o prolongamento destes são a fonte de receitas dessas empresas. Dessa forma, o maior incentivo destas empresas pode-

ria ser o simples prolongar do conflito, mesmo este podendo ser contido rapidamente, de modo a terem mais lucros.

### **Conclusão**

Este breve ensaio lançou olhar sob um ator internacional de cada vez mais relevante, tanto no âmbito do cenário internacional, quanto das discussões acadêmicas, sobretudo no tocante à conflitualidade internacional – as EMPs. Ao longo do mesmo, foi dado não somente um enquadramento desse ator, mas também foram evidenciadas as principais causas da emergência do mesmo no cenário internacional. Por último, este ensaio delineou os principais argumentos a favor, assim como as reticências primordiais, relativamente à centralidade deste ator na transformação dos conflitos pelo globo. Nesse sentido, observando a dimensão da segurança internacional, percebe-se claramente que as empresas militares privadas são hoje um ator incontornável no que toca à conflitualidade internacional no nosso tempo. ■

### **Referências bibliográficas**

- AVANT, Deborah D. (2005) — *The Market for Force: The Consequences of Privatizing Security*. Cambridge: Cambridge University Press.
- BROOKS, Doug (2000a) — “Messiahs or mercenaries? The future of international private military services”. *International Peacekeeping*. 7 (4), 129-144.
- BROOKS, Doug (2000b) — “Write a Cheque, End a War: Using Private Military Companies to End African Conflicts”. *Conflict Trends*. (1), 33-35.
- CORREIA, Pedro de Pezarat (2002) — “Repensar a Guerra: o fim do Monopólio Clausewitziano”. *Janus* 2002.
- CORREIA, Pedro de Pezarat (2005) — “A Tendência para a Privatização da Violência”. *Janus* 2005. 128-129.
- KALDOR, Mary (1999) — *New and Old Wars: Organized Violence in a Global Era*. Cambridge/Stanford: Polity Press/Stanford UP.
- LILLY, Damian (2000) — *The Privatization of Peacekeeping: Prospects and Realities United Nations Institute for Disarmament Research – Disarmament Forum Peacekeeping: Evolution or Extinction?*. (<http://www.unidir.ch/pdf/articles/pdf-art135.pdf>), [2<sup>nd</sup> December 2008].
- MAGALHÃES, Ana (2005) — “As empresas militares privadas e a Resolução de Conflitos no Quadro da ONU”. *Nação e Defesa*. 111 155-174.
- MANDEL, Robert (2002) — *Armies Without States: The Privatization of Security*. Boulder, CO: Lynne Rienner.
- MOURA, Tatiana (2005) — “Novíssimas guerras, novíssimas pazes. Desafios conceptuais e políticos”. *Revista Crítica de Ciências Sociais*. 71 77-96.
- PAULO, Jorge Silva (2005) — “Empresas Militares”. *Nação e Defesa*. 111 113-153.
- RUMSFELD, Donald H (2002) — “Transforming the Military”. *Foreign Affairs*. 81 (3), 20-32.
- SCHREIER, Fred; CAPARINI, Marina (2005) — *Privatising Security: Law, Practice and Governance of Private Military and Security Companies. Occasional Paper — 6*. ([http://www.smallarmssurvey.org/files/portal/issueareas/security/security\\_pdf/2005\\_Schreier\\_Caparini.pdf](http://www.smallarmssurvey.org/files/portal/issueareas/security/security_pdf/2005_Schreier_Caparini.pdf)), [10<sup>th</sup> November 2008].
- SHEARER, David (1998) — “Outsourcing War”. *Foreign Policy*. 12 (Fall), 68-81.
- SHEARER, David (1999) — “Private military force and challenges for the future”. *Cambridge Review of International Affairs*. 13 (1), 80-94.
- SINGER, Peter Warren (2002) — “Peacekeepers Inc”. *Policy Review*. 19 1-9.
- SINGER, Peter Warren (2003) — *Corporate Warriors - The Rise of the Privatized Military Industry*. New York: Cornell University Press.